



## Aviso

Luís Paulo Carreira Fonseca da Costa, Presidente da Câmara Municipal de Arganil, em cumprimento do disposto na al. c) do nº1 do artº11º da Portaria nº125-A/2019, de 30/04 na atual e no uso da competência conferida pelo disposto na al. a) do nº2 do artº35º da Lei nº75/2013, de 12/09 na atual redação conjugada com o artº33º e nº1 do artº30º da Lei nº35/2014, de 30/06 na atual redação,

Em conformidade com a autorização proferida pela Câmara Municipal em sua reunião de 11/05/2021,

Faz pública a abertura de procedimento concursal comum de recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de um posto de trabalho não ocupado e previsto no mapa de pessoal relativo ao ano de 2021, aprovado pela Assembleia Municipal em 05/12/2020, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em 25/11/2020, objeto da primeira alteração aprovada pela Assembleia Municipal em 27/02/2021, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em 23/02/2021 e de segunda alteração aprovada pela Assembleia Municipal em 25/04/2021, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em 13/04/2021, da carreira e categoria de Técnico Superior, área de direito, nas condições estabelecidas no despacho nº14/PC52.1/2021, proferido por mim em 12/05/2021, entre as quais a exigência da titularidade de licenciatura em direito, não havendo possibilidade de substituição dessa por formação ou experiência profissional.

Em conformidade com o previsto no mapa de pessoal do Município de Arganil e com o Regulamento da organização dos serviços municipais, ao posto de trabalho objeto de recrutamento corresponde o conteúdo funcional e grau de complexidade 3, descrito no anexo ao nº2 do artº88º da Lei nº35/2014, de 20/06 na atual redação, não prejudicando a descrição de funções, nos termos do nº1 do artº81º da citada Lei e a atribuição aos trabalhadores de outras que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o trabalhador detenha a qualificação profissional adequada e que não impliquem desvalorização profissional. Incluem-se neste âmbito as seguintes atividades: elaborar pareceres jurídicos e assegurar o aconselhamento jurídico nas diversas atribuições e competências do Município; elaborar respostas a reclamações, queixas e recursos; elaborar regulamentos e protocolos municipais; prestar a assessoria jurídica necessária aos órgãos municipais, nas suas sessões e reuniões; preparar e acompanhar processos no âmbito do Código das Expropriações; instruir processos de contraordenação; instruir processos disciplinares comuns e especiais; exercer as funções de responsável pelas execuções fiscais; assegurar o acompanhamento jurídico de procedimentos



na área do urbanismo e no âmbito das demais atribuições municipais; assegurar outras atividades e tarefas no âmbito técnico que se relacionem com a esfera jurídica municipal, bem como outras correspondentes às atribuições relativas ao Contencioso da Divisão de Administração Geral e Financeira.

A publicação integral do procedimento concursal será publicitada na Bolsa de Emprego Público, a partir da qual decorrerá o prazo de dez dias úteis para apresentação de candidaturas (De 21/06/2021 a 02/07/2021).

Paços do Município de Arganil, 18 de Junho de 2021.

O Presidente da Câmara Municipal,

- Luís Paulo Carreira Fonseca da Costa -